



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ORAL

Acompanhamento do caso da queda de azulejos nos Edifícios do Lago e Ip Heng e controlo da qualidade das obras públicas

Os salários dos residentes não conseguem acompanhar a subida dos preços das habitações privadas, por isso, é grande a procura de habitações económicas cuja qualidade, no entanto, tem sido alvo de críticas nestes últimos anos. A queda de azulejos no Edifício do Lago, na Taipa, e no Edifício Ip Heng, em Seac Pai Van, incomoda os seus moradores há vários anos, e mais, no Edifício do Lago têm surgido infiltrações de água, desprendimento de reboco e exposição das armaduras metálicas ^[1], entre outros problemas. Há alguns anos, registaram-se infiltrações de água e enferrujamento nos corrimões das varandas ^[2] do Edifício On Son, e os moradores afectados ainda se lembram disso, só querem um abrigo para viver, nunca esperaram que os problemas de qualidade surgissem logo após a ocupação das casas e, apesar de muito diálogo, ainda não foi possível resolvê-los de vez, parece um pesadelo, pois compraram uma habitação económica de má qualidade e parece que isso não tem nada a ver com terceiros, é só devido à pouca sorte dos próprios proprietários, pois ninguém assume as responsabilidades. Isto deixa os moradores desamparados e indignados. Os problemas de qualidade das habitações económicas, que afectam a vida da população e a segurança pública, também foram notícia e alvo de atenção dos órgãos de comunicação social da região vizinha, expondo assim ao público estes feios assuntos familiares.

Relativamente à queda de azulejos nos Edifícios do Lago e Ip Heng, desde que o problema foi detectado até ao seu acompanhamento pelo CCAC, registaram-se



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

várias vicissitudes, pois os moradores detectaram o problema logo após a ocupação das fracções e pediram apoio às autoridades competentes. Durante o prazo de garantia de 5 anos, as autoridades limitaram-se a repor novamente os azulejos, e após esse prazo, recorreram sempre ao mesmo método de trabalho repetitivo, e nos últimos 2 anos até deixaram de o fazer, restando apenas aos moradores pedir ajuda aos meios de comunicação social. A comissão de condóminos do Edifício do Lago queria retirar os azulejos e pintar as paredes, mas as autoridades, que dispõem de uma determinada quantidade de fracções, abstiveram-se de votar, o que, inevitavelmente, leva a sociedade a pensar que os serviços públicos são passivos. Durante este período, sugeri, em primeiro lugar, o prolongamento do prazo de manutenção das habitações públicas e, em segundo lugar, a suspensão do prazo de garantia, caso haja necessidade de remodelar as instalações, até que o problema seja resolvido e a obra esteja concluída. ^[3] ^[4]

Neste momento, o relatório de investigação do CCAC sobre o caso permite aos moradores que seja reposta justiça e, entretanto, o Chefe do Executivo revelou que as despesas de reparação são assumidas pelos dois empreiteiros. Os pequenos proprietários podem ficar descansados, no entanto, não são poucos os problemas que este caso veio revelar ao nível dos procedimentos das obras públicas e dos mecanismos de imputação de responsabilidades.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. No relatório de investigação sobre a queda de azulejos do Edifício do Lago, o CCAC sugere que os serviços competentes adotem uma atitude activa para dar resposta às necessidades dos cidadãos, procurando, em conjunto com os moradores,



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

uma solução definitiva. Numa próxima fase, o Governo deve rever as responsabilidades dos diversos serviços públicos e adoptar medidas de melhoria em relação às suas responsabilidades e, ao mesmo tempo, aperfeiçoar o mecanismo de imputação de responsabilidades nas obras públicas, incluindo as responsabilidades ao nível do projecto, fiscalização, vistoria e construção. Por outro lado, deve divulgar, em tempo oportuno, o respectivo mecanismo entre o público. O Governo vai fazê-lo?

2. No que diz respeito à regulamentação da execução das obras de construção civil, o Governo deve ponderar uniformizar os critérios para a execução, fiscalização e vistoria de mais tipos de trabalho, definir as observações a ter em conta na execução das obras, e definir prioridades e critérios para facilitar a fiscalização das obras, para que os sectores em causa possam seguir a lei, reduzir os incómodos causados pela execução das obras e elevar a qualidade das mesmas, para que, caso se verifiquem problemas, estes sejam resolvidos rapidamente. O Governo vai fazê-lo?

3. Segundo o Chefe do Executivo, as despesas de reparação da queda de azulejos referida no relatório são da responsabilidade dos empreiteiros. O caso foi alvo de ampla atenção da população, portanto, é inevitável pensar que “só depois da intervenção do CCAC é que os empreiteiros assumem as despesas de reparação”. Caso venham a verificar-se situações semelhantes, o Governo deve dar prioridade à segurança dos residentes, criando mecanismos para que o Governo e os empreiteiros assumam, em primeiro lugar, as respectivas despesas de reparação, e só depois de apurar as responsabilidades é que a parte responsável assume as devidas indemnizações. Isto vai ser feito? Com vista a proteger os direitos e interesses dos consumidores, o Governo deve ponderar sobre a suspensão do prazo



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

de garantia, caso seja preciso proceder a obras de reordenamento e alteração durante o prazo de garantia, e, quando a vistoria e a recepção estiverem concluídas, proceder novamente ao cálculo do referido prazo. O Governo vai fazê-lo?

[1]

http://www.macaodaily.com/html/2021-06/21/content_1524546.htm

Ainda não foi resolvida a queda de tijolos no Edifício do Lago e continuam a registar-se infiltrações de água e desprendimento de reboco. – *Macau Daily*, 21 de Junho de 2021.

[2]

<https://www.bastillepost.com/hongkong/article/3052207-%e7%9f%b3%e6%8e%92%e7%81%a3%e6%9c%89%e5%a4%a7%e6%89%b9%e7%b6%93%e5%b1%8b%e5%96%ae%e4%bd%8d%e6%bb%b2%e6%bc%8f%e6%b0%b4>

Infiltrações de água em várias habitações económicas de Seac Pai Van. - *Bastille Post*, 29 de Abril de 2018.

[3]

http://www.macaodaily.com/html/2021-01/16/content_1489289.htm

A União Promotora para o Progresso sugere o prolongamento do prazo de garantia dos edifícios. – *Macau Daily*, 16 de Janeiro de 2021.

[4]

<http://www.jornalvakio.com/news/view/id/476596>

O Governo não dispõe medidas para fazer face à situação de queda de tijolos. A União Promotora para o Progresso sugere o aperfeiçoamento do mecanismo de imputação de responsabilidades. – *Jornal Va Kio*, 8 de Janeiro de 2022.

17 de Junho de 2022

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Leong Hong Sai